



## ATA N.º 1

Ao quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Edifício da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, sito na Avenida Sá Carneiro, Entrada 2-F, desta cidade de Bragança, reuniu ordinariamente o Executivo desta Freguesia, pelas dezanove horas, tendo presidido à reunião Telmo Afonso (Presidente), com as presenças de Ana Pereira (Secretária), Susana Costa (Tesoureira), Carlos Martins, Virgílio Loureiro, Graciete Vaz e Henrique Rodrigues (Vogais).

### ORDEM DE TRABALHO

1. Delegação de competências da Junta
2. Regime de permanência a tempo inteiro
3. Horas atribuídas aos membros do executivo
4. Movimentação de contas bancárias
5. Funcionamento do executivo
6. Proposta para Autorização de Despesa

#### 1. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA

O Executivo deliberou, por unanimidade, delegar no Presidente as competências previstas no artigo 16.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com exceção das renunciadas no n.º 1, do artigo 17.º, do mesmo diploma.

## **2. REGIME DE PERMANÊNCIA A TEMPO INTEIRO**

O Senhor Presidente informou o Executivo que optou por exercer funções em regime de permanência a tempo inteiro, conforme o estipulado no n.º 2 do artigo n.º 27.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 janeiro e conforme a Lei n.º 11/96, de 18 de abril.

## **3. HORAS ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

De acordo com a alínea a) do artigo n.º 9, da lei n.º 11/96, de 18 de abril, dois membros do executivo têm direito à dispensa, de 27 horas mensais, do desempenho das suas atividades profissionais, para exercício das funções autárquicas.

Neste sentido, foi deliberado, que a Secretária, Ana Maria Fernandes Pires Pereira, terá direito à dispensa mensal de 27 horas, enquanto as outras 27 horas, serão distribuídas pelos restantes vogais do executivo, conforme as necessidades da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo.

## **4. MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS**

Para movimentar as contas bancárias pertença desta União das Freguesias, foi deliberado, por unanimidade, serem necessárias duas assinaturas, com a obrigatoriedade da assinatura do Presidente e com a assinatura da Tesoureira ou da Secretária.

## **5. FUNCIONAMENTO DO EXECUTIVO**

### **Distribuição de Funções aos Vogais do Executivo**

**Presidente** - Telmo Ramiro Prada Afonso

Coordenação Geral, Gestão de Pessoal, Relações Institucionais, Obras, Património, Espaço Público, Equipamentos e Divisão Administrativa.

**Secretária** – Ana Maria Fernandes Pires Pereira

Cultura, Educação, Comunicação, Imagem, Transformação Digital/Inovação e Recursos Humanos.

**Tesoureira** – Susana Maria de Pinho Costa

Finanças, Economia, Tesouraria, Turismo, Contratação, Património e Recursos Humanos.

**Vogal** – Carlos Alberto do Nascimento Martins

Segurança, Proteção Civil e Ex. Freguesia de Meixedo.

**Vogal** – Virgílio Miguel Pires Loureiro

Turismo, Desporto e Associativismo

**Vogal** – Graciete Maria Alves Pinto Vaz

Ação Social, saúde e Terceira idade.

**Vogal** – Henrique André Sanches Rodrigues

Gestão Ambiental, Mobilidade e Limpeza Urbana.

## **6. PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE DESPESA**

Ao Executivo da Junta de Freguesia

Assunto: Autorização de despesa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho

O Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, estabelece o regime jurídico aplicável à realização de despesas públicas e aos procedimentos de contratação relativos à aquisição e locação de bens e serviços, definindo os princípios de economia, eficiência, legalidade, bem como as regras de cabimento e compromisso.

Atendendo a que o referido diploma contém o enquadramento legal necessário para a realização de despesas pela Junta de Freguesia, não se mostra necessária fundamentação

adicional, uma vez que os pressupostos de despesa se encontram expressamente previstos no mesmo.

Face ao exposto, propõe-se ao Executivo da Junta de Freguesia que delibere:

1. Autorizar, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a realização das despesas que se mostrem necessárias à aquisição de bens e serviços indispensáveis ao regular funcionamento da Junta de Freguesia;
2. Reconhecer que cada despesa individual será objeto do respetivo procedimento de autorização, cabimento orçamental e demais formalidades legais;
3. Conferir ao Presidente da Junta competência para desencadear, dentro dos limites legais, os procedimentos administrativos e de contratação necessários à execução das referidas despesas.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros nos termos da Lei.

Presidente Telmo Bernardino Almeida

Secretária Ana Maria Fernandes Pires Pereira

Tesoureira [assinatura]

Vogal [assinatura]

Vogal Vigilio Miguel Pires Loureiro

Vogal Graciete Alves Almeida

Vogal Andreia Andreia Soares Rodrigues